

# GOVERNO E RENAMO ASSINAM PROTOCOLO III EM ROMA

N. 13/3/92

- Dhlakama afirma que a próxima ronda será dedicada à discussão da suspensão de alguns artigos da Constituição vigente

por Tomás Vieira Mário, da AIM

O Governo moçambicano e a Renamo rubricaram ontem em Roma, um acordo estabelecendo os princípios do futuro regime eleitoral do país, culminando dois meses de discussões ininterruptas na capital italiana.

O documento, que corresponde ao Protocolo III das negociações de paz iniciadas há dois anos, estabelece acordos em torno de uma larga gama de matérias relacionadas com o futuro sistema eleitoral moçambicano, as modalidades de representação parlamentar dos partidos políticos, a organização do escrutínio e ainda garantias de voto livre, directo, pessoal e secreto. O protocolo assegura ainda garantias de liberdades democráticas, como a liberdade de informação, de associação, de manifestação, acesso aos meios de comunicação social, liberdade de circulação e de domicílio.

Nos termos do protocolo, Moçambique deverá seguir o sistema de representação proporcional dos partidos no Parlamento, em substituição do regime de listas maioritárias, consagrado na Constituição. Por outro lado, e conforme havia já sido estabelecido na ronda anterior, em Dezembro, as eleições legislativas realizar-se-ão em simultâneo com as presidenciais, no

prazo de um ano após o acordo de cessar-fogo.

Como que a confirmar a prevalência de dificuldades no diálogo de Roma, o protocolo confirma o adiamento, para uma fase ulterior do processo, da discussão da proposta da Renamo, determinando que o futuro Parlamento multipartidário venha a ter como primeira prioridade, a revisão da Constituição.

Na discussão desta proposta, o Governo manteve a posição de que uma tal cláusula resultaria, na prática, na criação de uma Assembleia Constituinte, em condições de suspensão da Lei fundamental do país, de que resultaria um vazio legal no país, a seguir às eleições. Visto que as partes mantiveram as respectivas posições até agora, o debate sobre o assunto deverá ser agendado pelos mediadores, mais tarde.

No essencial, o protocolo ontem rubricado mantém praticamente o teor dos documentos em discussão desde, pelo menos, há duas semanas, o que

torna inexplicável o prolongamento excessivo desta décima ronda.

A confirmar isto, de notar o facto de matérias que pareciam prestar-se a divergências difíceis de superar, como a composição da Comissão Nacional das Eleições e os critérios a serem observados no repatriamento dos refugiados, acabaram por ver confirmado o espírito da redacção das últimas semanas.

Assim, para acomodar as pretensões da Renamo, que exigia envolvimento directo naquele órgão, ao lado do Governo, as duas partes confirmaram a formulação dos mediadores, segundo a qual o movimento presidido por Afonso Dhlakama vai propor um terço dos membros da referida comissão. O falhanço de um acordo final sobre o Protocolo III, na semana passada, deveu-se a uma nova rejeição da Renamo a esta formulação.

Quanto à questão da definição precisa da personalidade do refugiado moçambicano, as partes adoptaram uma fórmula, na base da qual a confirmação desse estatuto aos cidadãos que o reclamem fica no âmbito da legislação internacional em vigor, resultando daí que tenha sido excluída qualquer referência à Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), rejeitada pela Renamo. Com efeito, este ponto foi o último a ser acordado, na própria quinta-feira.

Entretanto, a Renamo já adiantou comentários públicos sobre o seguimento provável das negociações, depois desta ronda.

Afonso Dhlakama, em vez das questões militares, cuja conclusão deverá levar ao cessar-fogo, a próxima ronda deverá ser dedicada à proposta do movimento armado, preconizando uma revisão da Constituição pelo futuro Parlamento.

Em entrevista concedida terça-feira à «Voz da América», Afonso Dhlakama declarou que o seu movimento é contrário à discussão do cessar-fogo nesta altura, considerando que um acordo de cessação imediata da guerra iria levar o Governo a bloquear o processo das reformas políticas.

O Presidente da Renamo continua afirmando que nas negociações de Roma ainda será necessário alcançar

acordos no sentido da suspensão de «alguns artigos da Constituição», que podem, segundo ele, bloquear o cumprimento dos acordos de Roma.

A uma pergunta sobre o sentido das campanhas militares contra bairros suburbanos de Maputo e da Beira, Dhlakama negou que a Renamo pretendesse tomar militarmente a capital do país, dizendo que «não queremos que a Frelimo fuja para o mato, como aconteceu na Etiópia e na Somália».

Noutro ponto relativo à mesma pergunta, o Presidente da Renamo atribuiu «certos ataques às cidades, aos soldados da Frelimo».

## ATAQUES ÀS CIDADES SÃO DOS «SOLDADOS DA FRELIMO»

A julgar por estas declarações, ainda não comentadas nem pelo Governo nem pelos mediadores, torna-se difícil confirmar que na próxima ronda comece a ser abordado o último ponto da agenda relativo à cessação da guerra, em formação do Exército único apatidário, determinação dos critérios de fiscalização do cessar-fogo, com o envolvimento de países convidados, as Nações Unidas e a Organização da Unidade Africana. Nessa fase, a mesa do diálogo em Roma passará a contar com a participação directa de países observadores de que já estão confirmados os Estados Unidos e Portugal. O Governo moçambicano convidou ainda a Grã-Bretanha e a França, mas a posição da Renamo quanto a estes dois países permanece incerta.